

EXERCÍCIO DO OFÍCIO TABELIÓNICO POR CLÉRIGOS NO PORTUGAL DUCENTISTA: ACUMULAÇÃO E INCOMPATIBILIDADE

BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA *

1. Introdução

Com raras excepções, até Eduardo Borges Nunes os temas do tabelionato, da escrituração documental por tabeliães e do enquadramento institucional e social dos mesmos, não mereceram especial atenção por parte do medievalismo português que, durante muito tempo, se ateve aos dados colhidos por João Pedro Ribeiro e Gama Barros – poucas fontes de informação acrescentando às tradicionalmente utilizadas.¹

O facto de se compulsar uma base de fontes primárias não exaustiva reflectia-se nomeadamente na inexactidão da terminologia utilizada. Por exemplo, alguns autores insistiam na designação “notário” para designar os tabeliães vinculados às circunscrições da administração civil – designação essa que, embora expressamente reivindicada pelos tabeliães portugueses,

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa.

¹ Eduardo Borges Nunes – “Martim Martins, primeiro tabelião em Guimarães”, in *Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada. Actas*, vol. IV, Guimarães, 1981, pp. 25-30; João Pedro Ribeiro – *Dissertações chronologicas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Academia das Sciencias, 1867, tomo 4; Henrique da Gama Barros – *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, 2ª ed. (Dir. Torquato de Sousa Soares), vol. VIII, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1950. Antes de 1981, merecem referência os artigos de Jorge Alarcão, Iria Gonçalves e Stephen Parkinson. Nos últimos vinte anos, deram contributos específicos para o estudo do tabelionato medieval português José Marques, José Artur Duarte Nogueira, Saul Gomes, Maria José de Azevedo Santos, Bernardo de Sá-Nogueira, Cristina Cunha e e Maria Helena Coelho (sobretudo os três últimos), entre outros autores.

pelo menos desde D. João I, só seria concedido na época da monarquia constitucional.²

Em dissertação de doutoramento inédita apresentada à Universidade de Lisboa em 1997, tive a oportunidade de traçar o aparecimento do *publicus tabellio* e do *instrumentum publicum* modernos no reino de Portugal – inequivocamente no reinado de D. Afonso II (mais exactamente entre 1212 e 1223) –, levantando a documentação tabeliônica e acompanhando a evolução do tabelionato até ao final do reinado de D. Afonso III (1279).³ Emergindo ambas, sem dúvida, do alargamento da incipiente administração régia, decidi concentrar-me nesta e deixar de lado os notários (estes sim) das cúrias episcopais que, pela mesma época, embora ligeiramente mais tarde, escrituravam já instrumentos públicos “modernos” nos círculos de alguns bispos.

Dois trabalhos entretanto surgidos – a dissertação de doutoramento, igualmente inédita, de Cristina Cunha sobre a chancelaria arquiépiscopal bracarense e um artigo recente de Saul Gomes que sublinha a precedência do notariado eclesiástico sobre o civil – levaram-me a reflectir mais demoradamente sobre o tema.⁴ Depois de breve referência a ambos a propósito do controlo da função tabeliônica como elemento vital para as elites medievais (na cidade e no campo),⁵ alinharei agora alguns apontamentos sobre a anterioridade do tabelionato civil relativamente ao notariado eclesiástico em Portugal, na sua configuração moderna, e na possível incompatibilidade entre o estatuto eclesiástico e o exercício da função tabeliônica.

2. Estado dos conhecimentos

O estado actual dos conhecimentos sobre a génese do tabelionato no reino de Portugal permite afirmar que os tabeliães públicos e o instrumento

² Na minha dissertação de doutoramento, adiante indicada, também oscilei entre “tabelião” e “notário”, por razões meramente estilísticas. Parece-me agora incorrecta essa opção, sendo preferível usar de mais rigor, até completo esclarecimento das linhas divisórias, e adoptar para cada ofício a designação coeva.

³ Bernardo de Sá-Nogueira – *Tabelionato e instrumento público em Portugal. Génese e implantação (1212-1279)*, 3 vols., Lisboa, dissertação de doutoramento policopiada, 1996.

⁴ Cristina Cunha – *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1244)*, Porto, dissertação de doutoramento policopiada, 1998; Saul Gomes – “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação”, in *Hvmanitas*, vol. LII (2000), pp. 241-86.

⁵ Bernardo de Sá-Nogueira – “Tabelionato e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279)”, in *Elites e redes clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, 2001.

público referente a negócios jurídicos civis (na configuração moderna do ofício, definida no direito canónico e civil da segunda metade do século XII e na *ars notariae* da primeira metade do século XIII) se implantaram no território português entre 1212 a 1279.

Está determinado que, durante o reinado de D. Afonso II, surgiram pela primeira vez no reino escrivães auto-intitulados “tabelião público” que, depois de redigirem os negócios jurídicos na forma regulamentada e segundo os cânones do direito vigente, autenticavam os instrumentos referentes a esses negócios com os elementos de validação que caracterizariam a instituição nos tempos futuros: subscrição notarial (*completio*) e sinal de tabelião (*signum tabellionis*).

O estudo realizado incidiu apenas sobre os tabeliões da administração civil, articulada em torno do rei e extensões da sua soberania (arcebispo de Braga e bispo do Porto), faltando agora uma investigação sistemática sobre os notários eclesiásticos – ligados às cúrias episcopais. O estado actual dos conhecimentos poderia induzir em erro se dele se deduzisse uma anterioridade do tabelionato civil régio relativamente aos escrivães eclesiásticos – quando o contrário é que parece indesmentível, a saber, a prévia existência de uma corporação de escribas ligados às escrivatinhas eclesiásticas, em virtude da quase exclusiva vinculação da corporação clerical (escrevente) à Igreja. (De tal maneira que, em algumas regiões da Cristandade Latina do Ocidente, mas não todas, o termo *clericus* – letrado, o que sabe ler e escrever, por contraposição a *laicus*, iletrado – se tornou sinónimo de eclesiástico).

Contudo, demonstrado está também que o uso do *signum tabellionis* e da *completio*, elementos técnicos que conferiam validade aos *instrumenta* lavrados pelas pessoas públicas que eram os tabeliões, foi mais antigo no tabelionato civil. Na pioneira cúria arquiepiscopal bracarense, estudada a fundo para o período de 1071 a 1244, “a primeira referência que temos de *notarii episcopi* e de *cancelarii* data de 1224.”⁶ Assim, se no plano da *ars dictaminis*, a anterioridade dos escrivães eclesiásticos se afigura indiscutível, no que se refere à *ars notariae* (tal como entendida na primeira metade do século XIII) já o mesmo não se pode afirmar.

⁶ Cristina Cunha – *A Chancelaria...*, p. 187. Mais uma prova de que nem o termo *tabellio* nem o termo *notarius* se aplicavam indiscriminadamente, sendo reservado à pessoa pública habilitada para, pela redacção conforme aos cânones vigentes e pela aposição da *subscriptio* e do *signum*, conferir fé pública irrecusável em juízo aos instrumentos por si lavrados.

2. O tabelião como “pessoa pública”

Entre 1158 e 1183, as instituições da Cristandade Latina do Ocidente consolidavam no plano legislativo as práticas de elaboração e validação documental mais bem sucedidas da época.

Na Dieta de Roncaglia, em 1158, era promulgada a *constitutio de regalibus*, onde se inventariavam todos os *iura reservata* do Império. Estes direitos seriam posteriormente apropriados pelos reis de outros territórios da Cristandade Latina do Ocidente fora da jurisdição imperial (ao abrigo do princípio *rex in regno suo est imperator*) e reconhecidos pelo imperador Frederico I às cidades da liga lombarda na Paz de Constança de 1183. Entre os *iura regalia* reservados, contava-se a *potestas constituendorum magistratuum ad iustitiam expediendam*.⁷ Segundo José Bono, esta faculdade incluía a criação de juízes e notários, dada a função unitária destes na Itália medieval, sobretudo nas já referidas cidades da Liga Lombarda.⁸

⁷ Teria sido este importantíssimo *ius regaliu*m exercido pela primeira vez em Portugal pelo rei D. Afonso II em 1211, ao “estabelecer juizes”? Para o poder monárquico emergente, a afirmação da respectiva *lex regia* resultaria, mais plausivelmente, da formulação teórica de um novo edifício normativo ou da aplicação do direito (qual ele fosse) por magistrados do rei? (Recorde-se que, até aí, os juízes locais emergiam dos julgados, ou concelhos, não sendo postos pelo rei, não existindo tampouco notícia de juízes da corte, a não ser a partir do século XIII). Será de aceitar a liberdade interpretativa tomada contra a lição do texto do Livro de Leis e Posturas, que tem levado alguns historiadores a conjecturarem “juízos”, baseando-se na mais tardia versão joanino-eduardina, contra “juízes”, da versão mais antiga? Julgamos hoje precisar de revisão a nossa adesão anteriormente manifestada à versão “juízos” – Sá Nogueira, *Tabelionado...*, I, p. 20 e nota 20. Recentemente, Maria João Violante Branco – *Poder real e eclesiásticos. A evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, vol. I, Lisboa, dissertação de doutoramento policopiada, 1999, pp. 585-603 – defendeu também a lição “juízos”. Porém, muita da argumentação aduzida, nomeadamente no que se refere ao entendimento coevo da Corte Régia como tribunal superior, e do rei como juiz supremo, só corrobora a lição registada – a saber “juízes”. Porquê a solução rebuscada “juízos”, se na relevantíssima constituição promulgada pela Dieta de Roncaglia se encontra justificada a lição “juízes”?

⁸ José Bono y Huerta – *Historia del Derecho Notarial Español. I – La Edad Media*, Vol. I, Madrid, 1979, p. 193. Essa função unitária seria causa e efeito das “étroites relations entre le milieu des notaires et celui des juges, l’instauration d’écoles notariales, le développement de l’Université de Bologne”, constatados, em 1985, por Robert-Henri Bautier – “Chancellerie et culture au Moyen Age”, in *Chartes, sceaux et Chancelleries. Études de Diplomatique et de sigillographie médiévales*, I, Paris, 1990, p. 58.

Do lado da Igreja, a decretal *Scripta authentica* era promulgada entre 1167 e 1169 pelo papa Alexandre III – o cardeal Rolando Bandinelli, que entre 1153 e 1159 dirigira a chancelaria pontifícia.

Recolhendo por um lado a doutrina dos glosadores e, por outro, a instituição florescente do documento selado, a decretal alexandrina determinava que não tivessem eficácia (*robur firmitatis*) os documentos cujas testemunhas já houvessem falecido e não fossem outorgados por notário, ou validados com selo autêntico (*sigillum authenticum*). Assim, só os documentos *quod appareant publica* (ou seja, o documento notarial, produzido segundo formas regulamentadas e autenticado pela subscrição notarial e pela aposição do *signum tabellionis* – em resumo, *in publicam formam confectum*) ou aqueles *quod... authenticum sigillum habuerint* (ou seja, validados com selos régios, senhoriais, eclesiásticos ou das cidades) gozariam de plena eficácia ou fé pública, sendo esta negada aos documentos particulares cujas testemunhas houvessem falecido – tornando-se portanto impossível o respectivo depoimento confirmatório perante um juiz.

Do lado da administração civil emergente, maior preocupação com a reserva do (novo) poder de criar e nomear juízes e tabeliães/notários; do lado da administração eclesiástica dominante, maior insistência na capacidade para conferir fé pública aos documentos.

E em Portugal? Parece não haver dúvida de que, se exceptuarmos os prenúncios de D. Sancho I, D. Afonso II foi o primeiro rei a fazer uso efectivo da *lex regia*: ou seja, só em 1211 os monarcas portugueses haviam reunido uma base de apoio jurídica e política suficiente para estabelecer um enquadramento jurídico próprio – fundado na novidade dos magistrados régios (os sobrejuízes da corte, de jurisdição contenciosa, e os tabeliães públicos das sedes de julgado ou concelho, de jurisdição voluntária). Nada mais natural que, rodeado de clérigos legistas imbuídos da ideologia dualista,⁹ o rei contasse com o apoio destes para consolidar o seu papel de árbitro efectivo e regulador eficaz do mundo dos leigos, de onde necessariamente lhe proviriam apoios – de curta e de longa duração. Natural que os clérigos vissem na administração régia em afirmação uma via para alargarem a influência do seu estamento e, evidentemente, promoverem os interesses individuais e colectivos (leigos e eclesiásticos) que defendiam.¹⁰

⁹ Sobre a inspiração dualista dos mais importantes legistas da corte de D. Afonso II, ver Maria João Violante Branco – *Poder real... maxime*, pp. 593-603 (vol. I).

¹⁰ A ideia de que, na Inglaterra medieval, a corporação clerical se apoiou numa estrutura bicéfala, ancorada na documentação escriturada para a administração régia e

Parece evidente que as formações sociais politicamente organizadas que apoiaram a mudança institucional operada com D. Afonso II tinham laços com Roma, e que, pelo menos até à morte de Inocêncio III (1216), a nível externo, e à conquista de Alcácer do Sal (1217), a nível interno, essa ligação se estreitou.¹¹

Só assim é possível entender que, entre 1214 e 1215,¹² em cidades e vilas com uma organização social e económica bem sedimentada como Santarém, Guimarães, Braga e Viseu, um dos elementos do estamento clerical fosse elevado à primazia de *primus tabellio* (sem problemas visíveis, a não ser talvez em Coimbra), ficando doravante capacitado em exclusivo para escriturar e validar documentação relativa aos negócios jurídicos laicais, pertinentes ao direito civil (compra-venda, doação *inter vivos*, prazo, aforamento, contratos reais, outros contratos de transferência de domínio e de locação, etc.).

Devemos interpretar a emergência, de entre a corporação clerical, de um único indivíduo com tais poderes, como resultando de um acto de poder, exercido de cima para baixo? Ou que a incipiente administração régia dispusesse de força suficiente para impor às cidades a escolha de um dos escrivães da corporação local como pessoa pública? Ou será mais plausível que a chancelaria – componente da cúria régia tradicionalmente emergente da clerezia bracarense, vimaranense e, mais tarde, conimbricense – funcionasse como elemento de articulação de interesses neste processo? Embora faltando estudo específico, é quase certo que em Portugal os tabeliães nunca puderam designar-se a si próprios como notários (pretensão conhecida desde D. João I, mas só alcançada no século XIX!) por essa intitulação ser reservada aos notários da corte.

3. Tabeliães e clérigos

Em decretal de 1213, o papa Inocêncio III reiterava a velha proibição carolíngia (então nunca cumprida) de vedar o exercício do ofício notarial

eclesiástica e acumulada como prova nos respectivos arquivos, como modo de alargamento da sua esfera de influência é bebida em Jack Goody – *La logique de l'écriture. Aux origines des sociétés humaines*, Paris, Armand Colin, 1986.

¹¹ Branco, *Poder real...*, I, pp. 505-58.

¹² A notícia do primeiro tabelião público data de 1212, mas o primeiro instrumento lavrado por um oficial com essa designação é apenas de 1214 – Sá Nogueira, *Tabelionado...*, I, p. 27.

aos *clerici in sacris ordinibus constitutis*.¹³ Interessante é verificar o espírito dualista subjacente a esta medida – interpretando *clerici in sacris ordinibus constitutis* como escrivães/letrados investidos nas ordens sacramentais (ou seja, só os escrivães não ordenados poderiam ser tabeliães, proibição depois atenuada e restringida apenas aos clérigos de ordens maiores). Como acima se afirmou, *de iure* corporação clerical não significava *Ecclesia*; *de facto*, porém, os clérigos pertenciam quase integralmente à Igreja, pelo menos em alguns territórios da Cristandade Latina do Ocidente.

Dos vários indivíduos identificados como tabeliães, ou escrivães destes, durante o reinado de D. Afonso II, cinco eram referidos como clérigos no período anterior à assunção do ofício tabeliônico.¹⁴ Paio Pais, tabelião de Braga entre 1214 e 1228, lavrou documentos como escrivão desde, pelo menos, 1202, intitulando-se subdiácono de Braga desde 1211.¹⁵ Depois de se tornar tabelião, não mais fez menção ao seu estatuto eclesiástico. Gonçalo, escrivão do tabelião viseense Estêvão, subscreveu o primeiro documento deste, datado de 1215, como Gonçalo cónego diácono. Nos restantes 8 documentos que escriturou, entre 1217 e 1222, nunca mais especificou a ligação à Igreja. (Registe-se contudo que, tendo continuado a actuar como escrivão após 1222, só num dos 5 documentos que fez entre 1226 e 1229 subscreve “Gunsalvus presbiter notuit”). Julião Peres, escrivão, entre 1221 e 1222, do tabelião de Coimbra Pedro Peres (1220-1223), tem actividade prévia documentada como escriba entre 1210 e 1219, subscrevendo Julião diácono, ou Julião Peres diácono. Nos muitos documentos que redigiu ao serviço de Pedro Peres, nem uma vez mencionou o seu estatuto. Mas o primeiro escrivão do tabelião de Coimbra Pedro Peres, D. Gil (1220-1221), intitulava-se sempre D. Gil, presbítero. Chegarão estes escassos casos para demonstrar um conhecimento da

¹³ Articular-se-ia o arranque da instituição em Portugal, em 1214 (primeiros instrumentos tabeliônicos, de Santarém, Guimarães e Braga), com a Decretal de 1213? Em Basileia, até 1213 também não há qualquer referência a *cancellarius*, *scriptor* ou *notarius* – Cristina Cunha, *A Chancelaria...*, p. 186.

¹⁴ Dados do parágrafo seguinte extraídos de Sá-Nogueira, *Tabelionado...*, I, pp. 51.2, salvo indicação em contrário.

¹⁵ Documentação lavrada por Paio Pais entre 1202 e 1213 em Cristina Cunha – *A Chancelaria...*, pp. 268-70. Importante a constatação da autora: desde o início que a tipologia dos documentos escriturados por Paio Pais, antes de ser tabelião público, é idêntica à das fases posteriores. Continuidade na pessoa, continuidade na tipologia documental. Mas novidade absoluta nas práticas de autenticação.

decretal de Inocêncio III de 1213, uma preocupação pela separação de esferas, quiçá uma concepção dualista? Não. Mas dão que pensar.

Na documentação referente ao período de 1248 a 1279, após o relançamento do tabelionato, com D. Afonso III, encontramos mais casos que merecem reflexão.¹⁶

Paio Eanes, tabelião de Guimarães entre 1252 e 1263, escreveu vários documentos desde 1239, intitulando-se a si próprio *clericus cori Vimarani* num deles, datado de 1 de Janeiro de 1251. Durante o exercício da função jamais referiu qualquer estatuto clerical. Em 1268, num instrumento escriturado pelo seu sucessor, Vicente Eanes, era mencionado como cônego de Guimarães. Aquando das Inquirições Gerais de 1258, o tabelião de Barroso Martim Martins era prior da igreja de Santa Maria de Covas, do padroado régio (julgado de Barroso), sendo igualmente chamado a depor pelos inquiridores como testemunha em várias paróquias. Do tabelião de Seia, João Peres, também os inquiridores de 1258 diziam ser *clericus et tabellio domini regis*, mas sem o vincularem a qualquer benefício eclesiástico. À semelhança do atrás referido cônego Gonçalo, escrivão do tabelião de Viseu, também o tabelião de Penela Pedro Peres Mogo (=monge) se intitulou presbítero da igreja de Santa Eufémia de Penela no primeiro documento por si redigido, não mais voltando a fazê-lo nos restantes escriturados até 1264. Em 1262, o tabelião de Ponte de Lima, Vicente Martins, era apresentado como reitor à igreja de S. Pedro de Deão, na arquidiocese de Braga. Miguel Franco, tabelião de Lamego, depois de ver cancelada a sua apresentação pelo rei à confirmação do arcebispo de Braga, como prior da igreja de São Pedro de Queimada, em 1261, era confirmado como reitor da igreja régia de São Pedro de Samudães pelo bispo de Lamego, em 1263. Como só deixaria o ofício provavelmente entre 1266 e 1268, durante pelo menos três anos acumulou o tabelionato com o reitorado de Samudães. Mas... teria ordens? Nada se diz. Em 1268, o tabelião Estêvão Mendes, seu sucessor no ofício, fá-lo figurar como testemunha de uma citação judicial, referindo-o como raço-eiro da Sé de Lamego.

Esta “abandono” de funções tabeliônicas, logo seguido da assunção de novas funções eclesiásticas (incompatibilidade?) – por parte de Paio Eanes, em Guimarães, e de Miguel Franco, em Lamego – obriga-nos a mencionar Pedro Viegas, tabelião de Coimbra entre 1248 e 1257 e, provavelmente, o

¹⁶ Dados do próximo parágrafo extraídos de Sá-Nogueira – *Tabelionato...*, I, pp. 251-5.

mesmo indivíduo que foi cônego de Coimbra entre 1257 e 1275. Nada encontramos dele na abundantíssima documentação coimbrã anterior a 1248. Não sabemos se era ou não eclesiástico, com anterioridade. Mas a imediata ascensão ao canonicato permite presumir – pelo menos presumir – que o fosse, embora se conheçam casos de figuras do clero ducentista ordenadas no próprio dia em que eram investidos em altos cargos da igreja.

Notas finais

Não pode haver dúvida quanto à existência de uma corporação de escrivães nas principais cidades e vilas portuguesas, anterior ao aparecimento do tabelionato público régio com o rei D. Afonso II, a partir de 1212-1214. Salvaguardadas as distâncias relativamente à apurada organização dos escrivães nas cidades da Itália do Norte, não parece abusivo conjecturar que, ao longo do século XII, essa corporação evoluísse rapidamente e se fortalecesse em território português, acompanhando o crescimento económico do reino.

Maciçamente identificada com as instituições eclesiásticas, a partir do reinado de D. Afonso II a organização clerical parece laicizar-se em parte, em torno da administração régia. Com efeito, entre 1214 e 1220 emerge das corporações de clérigos de Braga, Guimarães, Viseu, Lisboa e Coimbra (talvez ainda não dotadas da existência institucional observada no início do século XIV) um escrivão intitulado “primeiro tabelião”. Primeiro a ser empossado no ofício, após a criação deste pelo rei, e, necessariamente, primeiro entre os pares da sua circunscrição.

Alguns dos escrivães que, na documentação por si escriturada antes de serem feitos tabeliães públicos acrescentavam ao nome “diácono, subdiácono” (ou outras fórmulas referentes a ordens), ao assumirem as novas funções deixaram de referir a intitulação que os vinculava à Igreja, não sem alguma hesitação aparente – caso do cônego Gonçalo, diácono, escrivão do primeiro tabelião de Viseu, Estêvão. O presbítero D. Gil, escrivão do primeiro tabelião de Coimbra, Pedro Pires, é o único que jamais prescinde dessa fórmula vinculativa.

Não é possível deixar sem menção a coincidência temporal entre a ideologia dualista subjacente a esta prática de separação entre administração civil e eclesiástica e a confirmação em 1213, pelo papa Inocência III, da antiga decretal carolíngia que vedava o exercício do tabelionato aos clérigos investidos em ordens sacras.

Arriscamos, a concluir, que todo o movimento inovador associado ao estabelecimento de juízes (e, por extensão, tabeliães) régios, bases práticas institucionais para a vinculação jurídico-política do rei ao reino, teria girado em torno da figura de D. Estêvão Soares da Silva, Senhor da cidade de Braga e superior do clero bracarense, este eclesiástico de formação jurídica foi, entre 1211 e 1220 – como mostra Maria João Branco – o principal esteio do poder de D. Afonso II, primeiro como mestre-escola da Sé de Braga e, depois, como arcebispo. Conjecturamos que da necessidade de uma clara e distinta articulação entre “os dois corpos do arcebispo” (o corpo do soberano civil e o corpo do superior eclesiástico) e das inovações institucionais operadas resultaria uma separação forçosa entre ambos, à luz das directrizes papais então surgidas.

Numa época em que a realidade modelava de perto a legislação, em estreita dialéctica de influências, vale a terminar com perguntas – atendendo a que o ordenamento papal, de inspiração dualista, assentava como uma luva à realidade política bracarense. Teria a decretal de Inocêncio III sido divulgada em Braga? Em caso afirmativo, seria Braga (cidade e arcebispado) mero recipiendário das directrizes papais? Se não, seriam estas favoráveis, ou desfavoráveis, à orgânica governativa da cidade? Na primeira hipótese, teria esta contribuído para a elaboração desse mesmo ordenamento? Na segunda, ter-se-ia registado oposição?